

## FEMINISMOS NEGROS: RESISTÊNCIAS, ATIVISMOS E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

Ceila Sales De Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O Brasil, juridicamente, se consolida como um Estado Democrático de Direito, cujo fundamento principal é a dignidade da pessoa humana. Apesar da supremacia da Constituição, e seu caráter valorativo e garantista, na realidade, a sociedade brasileira é recortada por desigualdades e negações de direitos, a determinados grupos e coletividades. Dentro desse contexto, a trajetória das mulheres negras em nosso país, foi forjada, a partir das interseccionalidades das opressões racistas e patriarcais. Essa, entretanto, **não é uma história apenas de opressões**, mas, de lutas e resistências. O presente artigo aborda a trajetória de lutas e resistências dos feminismos negros no Brasil, e sua importância para a efetivação de direitos fundamentais. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica aforreferenciada. Como objetivos específicos, o estudo analisa a trajetória de luta das mulheres negras, no período da luta quilombola e abolicionista. Aborda ainda, as trajetórias de lutas nos pós-abolição formal, a partir da imbricação nas lutas dos movimentos negros e feministas. E por fim, aborda a consolidação do feminismo negro, a partir da luta por identidade e diferença, e a importância dessas lutas para a efetivação de direitos fundamentais, e enfrentamento ao racismo e sexismo no Brasil.

**Palavras-chave:** feminismos negros; gênero; raça; resistências; direitos fundamentais.

### INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres negras no Brasil, desde o período colonial escravocrata, é pautada em violências, opressões e negações de Direitos. Situadas nas intersecções das ideologias racistas e patriarcais, para elas, foram destinados os mais baixos lugares da hierarquia social brasileira.

As mulheres negras, entretanto, nunca aceitaram com passividade, as violências e exclusões, impostas pelo sistema eurocêntrico colonial. Onde houve opressão, houve resistências, insurgências e transformações sociais.

---

1 Bacharel em Direito. Doutoranda em Estado e Sociedade, pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais – FDV. Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

As histórias de lutas e ativismos das mulheres negras, entretanto, durante a maior parte da história brasileira, foi apagada e invisibilizada pelo epistemicídio eurocêntrico, que construiu uma imagem estereotipada, de passividade, inferioridade e submissão dessa mulheres.

Boaventura de Sousa Santos evidencia, o uso do epistemicídio como uma arma de controle e dominação ocidental dos povos colonizados. Epistemicídio é a deslegitimação, a inferiorização, negação, de toda a história, memória, cultura e epistemologias, de outros povos. O grupo detentor do poder, constrói uma linha divisória, entre o visível e o invisível, o legítimo e o ilegítimo, o superior e o inferior, inserindo, pelo uso da força e da violência, os “diferentes”, os “outros”, para o outro lado da linha abissal, a zona do invisível (SANTOS, 2009).

No Brasil, não foi diferente, o colonialismo eurocêntrico, se impôs pela violência, o uso da força, o extermínio de povos e cultura, utilizando o epistemicídio e a história única, como instrumentos de dominação e justificação do seu império de morte. Nesse sentido foi preciso estabelecer uma única narrativa, a do vencedor, o pensamento ocidental eurocêntrico, único válido, superior, todos os “outros”, negros, indígenas, foram relegados a zona do inferior e do inválido, tendo suas histórias, culturas e epistemologias, negadas, apagadas e invisibilizadas.

Na contemporaneidade, fruto do processo de luta por identidade, reconhecimento e diferença, as ciências e epistemologias, buscam enfrentar o epistemicídio eurocêntrico no Brasil, através da ressignificação das heranças culturais, jurídicas, científicas, religiosas e sociais, da história brasileira, a partir de uma concepção decolonial, que privilegie outros olhares e lugares, e os diferentes grupos e coletividades, que compõe a nossa sociedade.

**É visando contribuir com essa transformação e ressignificação que apresento a presente pesquisa, cujo problema visa analisar o ativismo e a conquista de direitos fundamentais, através da luta por reconhecimento dos feminismos negros no Brasil. Como metodologia, será utilizada a pesquisa bibliográfica, precipuamente afrorreferenciada, a partir de autoras e autores afrodiáspóricos.**

Essa pesquisa se justifica em razão da necessidade de se efetivar pesquisas acadêmico-científicas decoloniais, aptas a enfrentar o epistemicídio eurocêntrico e contribuir para o enfrentamento ao racismo e sexismo no Brasil, bem como, a construção de uma democracia, para além da abstração, e efetivamente isonômica.

## **RESISTÊNCIAS E ATIVISMOS DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”**

Em um sentido institucional, o movimento feminista negro se desenvolve na década de 1980, a partir de demandas e tensões de ativistas negras, militantes,

tanto dos movimentos negros, quanto, dos movimentos feministas, conforme, abordarei, na trajetória aqui apresentada (ALMEIDA, 2020).

Em sentido amplo, entretanto, o feminismo negro no Brasil, surge, desde a grande diáspora, uma vez que, as mulheres negras, jamais aceitaram como passividade as violências racistas e patriarcais, impostas pelo sistema colonial. Desde tempos remotos, encontramos trajetórias de lutas interseccionais das mulheres negras.

Ângela Davis, em sua palestra “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”<sup>2</sup> realizada em 2017 no auditório da UFBA em Salvador, fez questão de ressaltar a relevância das mulheres negras do Brasil para a construção do pensamento feminista negro. Para Davis (2017) todo o protagonismo do reconhecimento das pensadoras e intelectuais negras norte americanas para o feminismo negro, decorre, em parte, em razão da visão colonialista que impõe a supremacia do imperialismo americano. Afirmou ainda, que os EUA é que tem muito a aprender com a extensa história de luta feminista negra no Brasil, aprender sobre a supremacia do poder feminino no candomblé, e com os movimentos bem-sucedidos das trabalhadoras domésticas, os movimentos e associações negras da Bahia, entre outros pensamentos e histórias de luta e resistência contra as opressões de gênero e raça. Cita em sua fala também, a relevância de pensadoras feministas negras, como Lélia Gonzales, e de escritoras como Carolina Maria de Jesus, que foram de grande importância para a luta antirracista e antissexista no Brasil, e no mundo, e que precisam ser mais reconhecidas.

A citação de Davis, evidencia a relevância de conhecermos a trajetória de luta do feminismo negro no Brasil, alguns de seus marcos principais, pensadoras e ativistas que romperam paradigmas e construíram os caminhos que seguimos hoje, na luta antirracista e antissexista.

“Nossos passos vêm de longe” como bem nos afirma Jurema Werneck (2016), e a luta das mulheres negras em nosso país é uma prova dessa resistência histórica. O feminismo negro é fruto da necessidade de enfrentamento a uma série de demandas políticas, sociais, culturais, civis, que ameaçaram o *status dignitatis*, de mulheres e homens negros no Brasil.

A história das mulheres negras no Brasil, é complexa e multifacetada, efetivada em espaços sociais, que se constituíram como instrumentos de reivindicações, construções de direitos fundamentais e empoderamento coletivo. Trata-se de uma trajetória vivida, tanto no movimento negro, quanto no movimento feminista. É da tensão provocada por sua atuação nesses dois importantes movimentos sociais brasileiros, que surge, em sentido estrito, a luta feminista negra. Em sentido amplo, entretanto, o feminismo negro, se

---

2 Ângela Davis na UFBA - Conferência «Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo» Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6CdrOqPE7Rs>>.

configura a partir lutas e resistências das mulheres negras, no enfrentamento ao racismo e sexismo. Nessa concepção ampla é um ativismo que existe desde o início do processo colonizador, pois as mulheres negras, nunca aceitaram com passividade a dominação e violência colonial (ALMEIDA, 2020).

O próprio movimento abolicionista e antiescravista, contou com um intenso ativismo das mulheres negras, tanto as escravizadas, quanto as libertas. Diversas foram as ações de resistência e enfrentamento, tais como, fugas individuais e coletivas, participação em revoltas e motins nos núcleos rurais e urbanos, estudo e letramento, o trabalho para formação de pecúlios e compra da liberdade, entre outras “Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos” (WERNECK, 2016. p.157).

Em razão de sua capacidade de circular em diferentes grupos, pois estavam presentes desde o trabalho na lavoura até os serviços domésticos da Casa Grande, o ativismo das mulheres negras foi imprescindível para fazer ruir o regime de escravidão (WERNECK, 2010).

Entre as formas de resistência das escravas destacam-se ainda a manutenção e reprodução de sua língua originária, na qual realizavam insultos e xingamentos aos senhores, e o recurso a religião e a magia “O acesso das escravas ao mundo espiritual era feito através de plantas, folhas e raízes, colhidas segundo costumes oriundos da África” (DIAS, 2012, p.369-370).

Foi o espírito de resistência que fez das mulheres negras as guardiãs de saberes, segredos e culturas ancestrais, que se perpetuaram no tempo através da oralidade, e ainda hoje, são significadas e ressignificadas, nos diferentes espaços de insurgências, como terreiros e quilombos.

As mulheres escravas, especialmente as com mais idade, eram as mantenedoras dos cultos e costumes de seus ancestrais, sendo chamadas de curandeiras ou feiticeiras, elas distribuíam entre os demais escravos os “obi”, trabalhos espirituais, cujo objetivo era agradar os deuses e pedir proteção, diante das violências do sistema escravocrata colonial (DIAS, 2012).

A luta antiescravista contou com o ativismo direto e indireto de muitas mulheres negras, que atuaram intensamente para fazer ruir as estruturas do sistema de escravização. Nomes e histórias negadas pelo epistemicídio colonial eurocêntrico. Trajetórias que hoje, as epistemologias decoloniais e feministas negras, buscam reafirmar, em busca da efetivação de uma justiça epistêmica (VÉRGES, 2020) em nosso país. Em um rol exemplificativo, cito guerreiras e heroínas, tais como, Dandara dos Palmares, Anastácia, Luíza Mahim, Tereza de Benguela, Aqualtune, Maria Felipa, Açotirene, Adelina Charuteira, Maria Crioula, Esperança Garcia, entre outras.

Raríssimas são as fontes documentais formais sobre essas mulheres. Enquanto símbolos de luta e resistência para o feminismo negro, suas historiografias vem sendo ressignificadas através da literatura, poesia, pintura,

em uma mistura de dados históricos, simbologias e criação mítica. Como exemplo, temos a história de vida de Luiza Mahim, mãe do abolicionista Luiz Gama, e importante símbolo da luta antiescravista. Luíza é descrita minuciosamente, em uma Carta feita por seu filho em 1880, e endereçada ao seu amigo jornalista Lúcio de Mendonça.

Em um trecho de sua carta, assim a descreve Luiz Gama:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina, (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahim, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha o dente alvíssimo como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez na Bahia foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito (LIMA, 2011. Apud FERREIRA, p.199).

Apesar das minuciosas informações na Carta de Luiz Gama sobre Luiza Mahim, sua existência, nome e trajetórias, nunca puderam ser confirmadas oficialmente (LIMA, 2011). Sua participação e importância, em revoltas como o levante dos Malês, rebelião de escravizados e libertos de origem muçulmana, ocorrida no ano de 1835 em Salvador, é citada em diversas obras literárias. Em seu livro – *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* - João José Reis (1987) afirma não ter encontrado nenhuma comprovação da participação de Luíza na revolta, ou de qualquer outra mulher em posição de destaque “As mulheres ficavam ostensivamente fora dos rituais. São raras as referências, na devassa, de participação feminina. Não é de estranhar. É bem conhecida a posição subalterna das mulheres no mundo islâmico” (REIS, 1987. p.130).

Apesar da escassez de documentos oficiais, Luiza Mahim, ocupa um lugar importante como símbolo de luta e resistência para o feminismo negro brasileiro, que buscou exaltar as heranças culturais afrodiáspóricas, criando e ressignificando, referências simbólicas, imprescindíveis para a luta antirracista.

Luiza Mahim ocupa um lugar relevante como um ícone de luta e resistência do povo negro, em contraposição as construções imagéticas coloniais que separaram os negros de sua condição de humanidade, os inserindo em um falso lugar de subalternidade. “Desse modo o mito Luiza Mahim, cumpre uma função social e referencial fundamental, pois permite, às mulheres afrodescendentes se colocar diante da história como protagonistas da luta social” (LIMA, 2011. p.123).

A ressignificação da historiografia das mulheres negras no Brasil tem a função de combater o epistemicídio eurocêntrico, trazendo luz a nomes, rostos e trajetórias colocadas na invisibilidade, mas, também, tem uma função simbólica,

atuando como instrumento de empoderamento coletivo e fortalecimento da agência das mulheres negras, reafirmando valores, características e imagens.

Saber que as mulheres negras não foram passivas diante das violências colonizadoras altera todo o processo de compreensão e construção de análises das relações de gênero e raça no Brasil. Embora invisibilizadas pela historiografia da época, as mulheres negras, participaram ativamente das lutas antiescravistas, e deram diferentes respostas ao sistema escravista colonial, a exemplo, da luta nos quilombos, instituições de irmandades beneficentes, o candomblé, afoxés, entre tantos outros (GONZALES, 1982).

Por meio dessas diferentes estratégias de enfrentamento as opressões de gênero e raça, as mulheres negras lutaram por liberdade, dignidade e direitos, balançando até fazer ruir, as estruturas formais do sistema escravista no Brasil.

A abolição da escravidão, realizada em 13 maior de 1888, foi muito comemorada, por diversos setores da sociedade brasileira, mas, representou uma alteração meramente jurídica, materialmente, o Estado brasileiro não efetivou políticas públicas aptas a inserir em condição de cidadania, os negros na sociedade brasileira.

O fim da escravidão só alterou a superfície da sociedade de castas que dividia as pessoas entre amos e escravos (VELASCOS, 2005, p.29), em suas bases o racismo se reconfigurou e continuou mantendo suas estruturas excludentes.

## **AQUILOMBAMENTOS E ENFRENTAMENTOS AO RACISMO E SEXISMO NO PÓS-ABOLIÇÃO**

Em suas pesquisas, sobre os ativismos e resistências, dos movimentos negros no Brasil, Abdias no Nascimento (1980), afirma que o ideal da luta quilombista, permaneceu e se fortaleceu no pós-abolição, se manifestando por diversas formas de atuação, que tanto poderiam estar localizadas em espaços rurais e de difícil acesso, quanto, por meio de instituições ou modelo de organização, permitidos e tolerados, tais como, entidades recreativas, beneficentes, associativas, religiosas, entre outras.

É a partir do ideal de luta quilombista, proposta por Abdias do nascimento, que vamos analisar, as lutas feministas negras, tanto, em ativismos nos movimentos negros, quanto nos movimentos feministas, até o desenvolvimento, de uma teoria e pauta de luta específica das mulheres negras. Analisando ainda, a importância desses ativismos para a concretização de direitos fundamentais no Brasil.

Diante da continuidade das violências e opressões, agora perpetradas pelas ideologias racistas e patriarcais, as mulheres negras continuaram o ativismo e luta em prol de direitos fundamentais e cidadania, tanto no movimento negro, quanto nos movimentos de mulheres. Diversas foram as formas de atuação, tais como, associações, clubes, centro cívicos, grêmios, sociedades recreativas e dançantes, instituições que realizaram um importante

trabalho social, político e cultural, em prol da isonomia para mulheres e homens negros no Brasil (DOMINGUES, 2009).

Entre os anos de 1914 e 1931, o movimento negro se utilizou da imprensa como instrumento de luta para a denúncia do racismo e preconceito no país, fundando diversos jornais, como o *Clarim da Alvorada*. Criou também entidades e organizações políticas, extremamente ativas e atuantes na luta pela construção da identidade coletiva e cidadania dos negros, a exemplo do Centro Cívico Palmares e o Centro Cívico Afro-campineiro, entidades fundadas no início da década de 1920. O objetivo principal das entidades e associações e da imprensa negra era a denúncia do preconceito, a negação da cidadania plena e o racismo, que na época tinha um forte fundamento jurídico e científico (NASCIMENTO, 2003).

Algumas associações negras, como o Clube 13 de maio de São Paulo, possuíam um departamento feminino, mas também foram criadas associações exclusivamente formadas por mulheres negras, tais como, a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, o Grupo das Margaridas e a Sociedade Beneficente Feminina Arte Culinária, em São Paulo. São ativistas negras que se sobressaíram nesse período: Lavínia Horta (presidente do Grupo das Margaridas), Benta de Oliveira (presidente do brinco de princesas) e Benedita Correia Leite (DOMINGUES, 2009).

Em 1931, foi criada em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB). Uma das mais importantes organizações da época, irradiou o seu ativismo por todo o país, com atuação no Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Seus atos público e eventos reuniam milhares de pessoas, e denunciavam o sistema de exclusão dos negros nas relações de emprego, educação e cultura, o preconceito e a segregação nos mais variados ambientes sociais tais como, cinemas, teatros, barbearias, hotéis entre outros (NASCIMENTO, 2003).

As mulheres tiveram um papel de grande relevância na Frente Negra, e eram assíduas nas atividades e movimentos criados pela organização, a exemplo da luta em prol de direitos sociais, por direitos trabalhistas, e a campanha realizada para afirmar o respeito e confiança às empregadas domésticas (NASCIMENTO, 2003).

Em São Paulo, foi criada nesse período, a primeira Associação de Domésticas do país, cujo expoente foi a ativista Laudelina Campos Melo, militante da Frente Negra Brasileira “Esta organização visava a integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, estando Laudelina e suas companheiras de luta e trabalho entre suas principais fontes de financiamento e articulação” (WERNECK, 2010, p.159). A associação atuou ativamente na luta pelos direitos das empregadas domésticas o que se refletia diretamente no empoderamento e cidadania das mulheres negras, uma vez que estas estavam intrinsecamente relacionadas aos empregos domésticos.

Apesar de um intenso ativismo político, as mulheres negras, em especial na FNB central, foram destituídas de cargos decisórios, nenhuma delas compôs o Grande Conselho, instância máxima da Associação. A elas eram destinadas atividades recreativas, filantrópicas e de assistência social, o que deixa claro, a influência das ideias e opressões patriarcais dentro do movimento negro (DOMINGUES, 2009).

Com o início da Era Vargas, período ditatorial que perdurou no Brasil entre os anos de 1930 e 1945, houve uma supressão e mitigação de direitos fundamentais, em especial os direitos civis com uma forte repressão a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e especialmente as manifestações sociais. A luta coletiva institucionalizada do movimento negro, feminista e demais movimentos sociais arrefeceu, passando a atuar por meios alternativos de luta e resistência social.

Nesse período, embora as ações de luta do povo negro não se manifestassem de forma direta, indiretamente, diversas foram as estratégias de resistência as opressões racistas e de propagação das ideias de identidade coletiva que continuaram nas entidades de caráter social, clubes, irmandades religiosas e principalmente os terreiros, que embora reprimidos pela polícia, pelo sociedade e pela religião oficial, se apresentavam como um importante instrumento de luta e resistência da cultura negra e das heranças de povos de matriz africana (NASCIMENTO, 2003).

Em 1945 com o fim da política centralizadora e repressora do Estado Novo, o país volta a viver em um ambiente de democracia, nesse cenário foram criadas diversas associações de luta popular, entre elas a Associação do Negro Brasileiro (ANB) em São Paulo. A ANB reivindicava uma legislação contra a discriminação racial, lutava pelos direitos das empregadas domésticas e buscava a efetivação de demais políticas públicas que garantissem a efetiva cidadania aos negros no país (NASCIMENTO, 2003).

Outro importante instrumento do movimento negro, e em especial das mulheres negras, na luta pela cidadania e reconhecimento de sua identidade coletiva, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN). Fundado no Rio de Janeiro em 1944, por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, essa entidade uniu na teoria e prática, a afirmação e o resgate da cultura de matriz africana com sua atuação política de enfrentamento ao racismo no país (NASCIMENTO, 2003, p.246).

O TEN acreditava na educação como um instrumento de luta e resistência social do povo negro, compreendendo a exclusão do sistema de ensino e a inferiorização cultural como um dos mais poderosos aparelhos de dominação. Criou cursos de alfabetização para pessoas humildes, nos quais se inscreviam favelados, operários, empregadas domésticas (NASCIMENTO, 2003).

Foi um dos primeiros grupos de teatro a colocar os negros no palco para atuar. Até então, o teatro era espaço da branquitude, e quando havia o papel de

negro nas peças, estes eram desempenhados por pessoas brancas que pintavam a cara de pixe para representá-los. Mas, tão relevante quanto a inovação ao colocar negros para atuar nos palcos brasileiros, foi o trabalho de construção de um pensamento acerca das relações raciais no país e sua luta sociopolítica “(...) marcou a vida cultural e política, ao “colocar em cena”, tanto no âmbito do teatro quanto na sociedade de forma mais ampla, a identidade afro-brasileira” (NASCIMENTO, 2003, p.281).

As mulheres tiveram um intenso ativismo no TEN. Criaram, a partir de uma militância política, em 18 de maio de 1950, o Conselho Nacional da Mulher Negra, segmento de grande relevância na luta pelos direitos das mulheres negras no país. O Conselho promovia cursos infantis de dança, canto, música e teatro de bonecos, jardim de infância, cursos de alfabetização até o ginásio, cursos de orientação às mães, corte e costura, tricô, natação, educação física e datilografia (NASCIMENTO, 2003).

Ofereciam ainda, gratuitamente, serviços sociais necessários a real cidadania do povo negro carente, tais como, certidão de nascimento, carteira de trabalho e serviços jurídicos (NASCIMENTO, 2003). O Teatro Experimental do Negro (TEN), perdurou entre os anos de 1944 e 1961, tendo desenvolvido nesse período diversas ações de natureza social, política e cultural, em prol da população negra no Brasil, com uma efetiva participação das mulheres negras, como exposto acima.

Em março de 1964, teve início o golpe militar que implantou um governo ditatorial no país. O novo regime, suprimiu direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, e recrudescer a repressão aos movimentos sociais, marcando um momento histórico de tensão social e política. Na década de 1970, os movimentos sociais, voltam a intensificar a sua militância, tendo como pautas principais a luta pela redemocratização e cidadania (RIBEIRO, 1995).

Nesse cenário o movimento negro e feminista, também intensifica o seu ativismo, reivindicando a volta da democracia e a efetivação de novas conquistas nas pautas feministas e raciais. Nesse período ganha força, a reivindicação por parte das mulheres negras, de pautas mais representativas de suas especificidades.

## **FEMINISMOS NEGROS: RECONHECIMENTO, DIFERENÇA E DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Em 1975, aconteceu a I Conferência Internacional da Mulher, no México, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), momento em que se declarou os próximos dez anos como a década da mulher. Esse mesmo ano no Brasil, com o apoio da ONU, aconteceu, uma semana de debates acerca das questões feministas, sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, teve ainda o lançamento, do Movimento Feminino pela Anistia, movimento social e político que teve um papel relevante na conquista

da anistia para os civis que participaram da luta pelo fim da ditadura militar (PINTO, 2010).

O movimento feminista brasileiro, também passa por importantes alterações de paradigmas. Algumas feministas que lutaram contra o regime ditatorial de 64, foram exiladas do país, passando a viver em Paris, o que lhes possibilitou manter contato e se reunir com feministas europeias, mesmo diante da oposição dos homens, que viam no feminismo um desvio na luta contra a ditadura e em prol do socialismo (PINTO, 2010).

O contato das feministas brasileiras exiladas com feministas europeias, reforçou o ideal de luta, possibilitando o conhecimento de novas teorias e concepções. Ao retornarem ao Brasil, elas intensificaram as demandas e seu ativismo, em especial a luta pela redemocratização do país e a isonomia de gênero.

Em 1975, ocorreu no Brasil o Congresso de Mulheres Brasileiras, nesse evento foi apresentado “O manifesto das mulheres negras”. Esse documento chamou a atenção para as especificidades, representações e identidades sociais das mulheres negras, trazendo ao debate, a influência do marcador social de raça, até então, invisibilizado pelas feministas (CADWUELL, 2000).

Na luta antirracista, foi criado em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU), entidade de caráter nacional que integrava diversas outras entidades, associações, jornais e demais organizações sociais e culturais de combate ao racismo. O estopim para a intensificação do ativismo do movimento negro foi a tortura e o assassinato de Robson Silveira da Luiz, um motorista de táxi negro, ocorrido em uma Delegacia de São Paulo (DOMINGUES, 2015), esse acontecimento provocou mobilizações em todo o país e impulsionou a unificação de entidades e organizações antirracistas e sua mobilização unificada.

O MNU organizou importantes estratégias de luta contra o racismo, por meio de encontros e assembleias que contavam com a participação de líderes de diversos estados brasileiros, buscou expandir a militância negra em todo o país. Em uma assembleia realizada em novembro de 1978 se estabeleceu o dia 28 de novembro, data de morte do líder negro Zumbi dos Palmares, como o Dia Nacional da Consciência Negra (GONZALES, 1982). A história de vida e morte de Zumbi dos Palmares e de outros líderes negros passou a ter protagonismo nessa nova trajetória do movimento negro, sendo temas de debates, manifestações, poesias e músicas, embalando a trajetória de luta e resistência e ressignificando a história e cultura apagadas e silenciadas pelo racismo.

O movimento negro nessa fase intensificou o resgate de sua cultura e raízes étnicas africanas, ocorre uma adesão estética aos padrões de negritude, por meio do uso e reafirmação de vestuários, adereços e demais traços da estética de povos africanos, outros elementos culturais tais como, música, dança

e culinária também passam a ser valorizados e reafirmados pelo movimento negro, enquanto instrumento de construção identitária e de luta e resistência cultural e simbólica (MAUÉS, 1991, p.127).

Algumas mulheres negras tiveram participação ativa na criação e desenvolvimento do MNU, a exemplo de Lélia Gonzales que foi uma de suas principais fundadoras. As mulheres debatiam temas relativos a gênero e raça e questionavam o branqueamento do homem negro por meio do casamento com mulheres brancas, a natalidade, o trabalho doméstico, entre outros (GONZALES, 1982).

Lélia Gonzales iniciou suas inquietações e reivindicações de uma pauta específica para as mulheres negras dentro da militância do MNU, momentos em que problematizava e questionava as ausências das demandas de gênero no movimento, e ações internas que reproduziam violências patriarcais. “Foi a partir da convivência com essas irmãs, já no Movimento Negro Unificado, que passei a me preocupar e trabalhar com a nossa própria especificidade” (GONZALES, 1992, p.36).

Apesar da intensa participação das mulheres no movimento negro no Brasil, essa atuação foi marcada por alguns conflitos. Com o argumento de priorizar a luta racial, a luta antissexista foi esquecida e em alguns momentos a violência da estrutura patriarcal se fez presente em algumas ações do movimento. Sob o argumento da relevância de se priorizar a luta antirracista, a ideologia do patriarcado, foi uma sombra constante na militância do movimento negro no Brasil.

De um lado, houve avanços, uma vez que o movimento criou algumas pautas que privilegiavam as demandas das mulheres negras, a exemplo das seguintes palavras de ordem enunciadas no “Programa de Ação do MNU”:

- Pela participação da mulher negra na luta de emancipação do povo negro;
- Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra;
- Contra a exploração e pela garantia das leis trabalhistas das empregadas domésticas;
- Contra a esterilização das mulheres do terceiro mundo;
- Contra a discriminação da mãe solteira;
- Pela legalização do aborto;
- Contra a divisão sexual do trabalho;
- Por trabalho igual, salário igual;
- Contra a discriminação da mulher;
- Contra o machismo. (DOMINGUES, 2009, p.37).

Havia, entretanto, um descompasso entre a teoria defendida pelo Movimento em suas campanhas e congressos, que ressaltavam a importância da luta antissexista, e a prática dentro da organização, uma vez que as mulheres

negras dificilmente conseguiam representatividade nas instâncias decisórias do MNU (DOMINGUES, 2009).

Essas ambiguidades permearam toda a trajetória de luta das mulheres negras no movimento negro, em uma relação de avanços e retrocessos, consensos e dissensos, nos quais os homens negros tiveram que lutar contra a assimilação cultural da ideologia do patriarcado. De igual forma, existiam tensões na participação das mulheres negras no movimento feminista, uma vez que, as feministas invisibilizavam as questões raciais em suas pautas de luta.

Apresentando como reflexo o contexto de luta por identidade e diferença, que alterou a compreensão dos movimentos sociais em diversos lugares do mundo, no Brasil, a década de 1980 marca o ativismo das mulheres negras, e sua busca pelo reconhecimento de sua identidade e bandeiras de lutas específicas, quer seja dentro do movimento negro ou feminista. O movimento das mulheres negras entre 1983 e 1995, também, é fruto de experiências e lutas das instituições organizadas e autônomas, a exemplo, do grupo de mulheres Nzinga do Rio de Janeiro, esse ativismo é fruto da intersecção entre o movimento feminista e o movimento negro (MOREIRA, 2007).

Ao longo dessa década as mulheres negras participaram de diversos encontros feministas a nível nacional o (Encontro Nacional Feminista - ENF) e na esfera internacional. A organização das mulheres negras enquanto coletivo emerge do III Encontro Feminista Latino Americano, ocorrido em Bertioga, no ano de 1985, a partir daí surge a reivindicação de construção de uma identidade feminina negra e as mulheres negras passam a efetivar uma maior intervenção dos espaços políticos (MOREIRA, 2007).

A incorporação de questões raciais no movimento feminista no Brasil sempre foi um tabu, isso decorre do fato de a sociedade brasileira ser historicamente e estruturalmente racista. O racismo implícito e estrutural contaminou durante um longo período o movimento feminista e impediu o reconhecimento de cidadania da mulher negra, que durante um longo período, não obstante sua participação direta e indireta nas lutas sociais, foi apagada e vista como um sujeito genérico. “Pode se dizer que numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras” (RIBEIRO, 1995, p.448).

Na III Conferência Mundial das Mulheres de 1985 ocorrido em Nairóbi, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF) produziu um diagnóstico sobre a mulher no país no qual havia um estudo específico sobre a situação da mulher negra, realizado por Sueli Carneiro e Thereza Santos. Nesse estudo elas demonstram com dados socioeconômicos a situação de desigualdade da mulher negra no Brasil e a emergência da construção de estudos, teorias, pesquisas e ativismos que contemplassem essa realidade (RIBEIRO, 1995).

No IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/PE, ocorrido em 1987, houve grandes críticas à ausência da questão racial nas pautas de debates, a partir daí foi intensificado a necessidade de criação de um Encontro Nacional de Mulheres Negras (RIBEIRO, 1995).

A importância da criação de um encontro específico de mulheres negras surge por dois fundamentos, um a necessidade de se debater as questões específicas das mulheres negras, dois a dificuldade de se debater questões raciais dentro do movimento feminista, historicamente eivado pelo racismo implícito e cultural, próprio da sociedade brasileira. O eloquente silêncio das feministas brasileiras, sobre as questões raciais, foi tema de conflitos e tensões e provocou rupturas que impulsionaram a realização do Encontro Nacional da Mulheres Negras.

O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN) realizado no Rio de Janeiro em 1988, foi uma resposta as demandas e necessidades de pautas raciais interseccionais de gênero e raça, provocando o surgimento de um movimento específico de luta por reconhecimento e identidade das mulheres negras no Brasil. Foi um evento de grandes proporções e contou com a participação de 450 mulheres negras, de diversos estados e diferentes instituições e organizações sociais brasileiras (RIBEIRO, 1995).

A partir desse encontro diversos outros foram realizados no país, congressos, seminários e outros espaços acadêmicos e sociais passam a incorporar os debates acerca da mulher negra. Um movimento próprio e específico de mulheres negras ganha forma e o pensamento feminista negro passa a se constituir enquanto teoria e ativismo na luta social em face das opressões racistas e sexistas.

O feminismo negro, passa a se consolidar de maneira autônoma e independente, construindo o seu pensamento a partir da interseccionalidade das questões de gênero, raça e classe, mantendo, no entanto, uma relação de entrelaçamento e dialogicidade com os movimentos negro e demais segmentos do movimento feminista “Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras mantendo sua especificidade” (RIBEIRO, 1995, p.453).

## CONCLUSÃO

Reivindicar um feminismo negro é demarcar as fronteiras de identidade e diferença das mulheres negras no campo político a partir de sua negritude, como bem preceitua a professora Núbia Regina Moreira. “Identidade e diferença é um binômio que se aglutina nessa luta de negociação para representação política, pois estamos falando do campo político onde seus jogadores precisam articular os discursos na esfera pública” (MOREIRA, 2007, p.75).

O mito da fragilidade que justificou a dominação patriarcal da mulher branca, ao mesmo tempo, fundamentou a reificação e objetificação das mulheres

negras. Um mesmo mito, cuja criação possui objetivos diferentes de dominação na estrutura ideológica de poder, reivindicando teorias, análises e paradigmas diversos na sua compreensão, a depender da coletividade de mulheres a ser aplicado.

Fruto da ideologia da feminilidade imposta pelo patriarcado a partir do século XIX nas Américas, a ideia de fragilidade feminina, tem como protagonista a mulher branca de classe média, cuja construção patriarcal moldou como dóceis, frágeis e amáveis donas de casa. As mulheres negras não fazem parte desse contingente de mulheres, pois nunca foram tratadas como frágeis, protegidas.

Desde que foram coercitivamente inseridas no sistema colonial escravista, trabalharam nas lavouras, na Casa Grande, nas ruas "(...) Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto." (CARNEIRO, 2003, p.49).

O feminismo negro no Brasil surge e se constitui, enquanto movimento organizado, da confluência, conflitos e imbricações, da luta da mulher negra no movimento feminista e negro. Situada em um entrelugar e sofrendo as opressões, oriundas do racismo e do sexismo, a mulher negra luta pelo reconhecimento de uma identidade específica e pela resignificação de sua história e validação de saberes e conhecimentos, aptos a lhes garantir a real cidadania, em uma sociedade marcadamente desigual, racista e sexista.

Enquanto movimento teórico, político e social, os feminismos negros constroem pensamentos, estudos e pesquisas, a partir de metodologias específicas, que buscam atender a pluralidade e complexidade, da trajetória de lutas das mulheres negras (GOMES, 2005), trazendo a luz nomes, histórias e trajetórias.

Essas lutas e ativismos, vem historicamente, efetivando direitos e alterando o *status* social, não apenas das mulheres negras, mas de diversos grupos vulnerabilizados, ampliando o acesso à educação, saúde, moradia, entre outros direitos.

Nesse sentido, os ativismos dos feminismos negros no Brasil é um importante instrumento de luta por reconhecimento das mulheres negras, enfrentamento ao racismo e sexismo, e concretização de direitos e garantias fundamentais, potencializando a construção de uma democracia mais justa e isonômica em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ceila Sales de. **Feminismo negro**: luta por reconhecimento das mulheres negras no Brasil. Dialética: Belo Horizonte. 2020.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e a mulher no Brasil**. Revista de Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000, p. 91-108.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros. 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto. 2013.

DAVIS, Ângela. **Conferência Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo**. Conferência na íntegra do evento realizado no Salão Nobre da Reitoria da UFBA em 25 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I>>. Acesso em junho de 2021.

DIAS, Maria Odila. **Resistir e sobreviver**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracistas no Brasil**. In.: O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Org. Amauri Mendes Pereira; Joselina da Silva. Belo Horizonte: Nandyala. 2009.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: marco zero. 1982.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na Cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

LIMA, Dulcilei da Conceição. **Desvendando Luiza Mahim: um mito libertário no cerne do feminismo negro**. Mestrado em Educação, arte e história da cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2011.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n.º. 21, p. 119-129, 1991.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas:2007.

NASCIMENTO. Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância panafricana**. Petrópolis: Vozes. 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: selo negro. 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia e Política. Vol.18. n.36. Junho de 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). Brasília: brasiliense. 1987.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras**: de Bertioga a Beijing. Estudos feministas. Ano 3. 2º semestre de 1995.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. INCTI/UNB: Brasília. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina: 2009.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe**: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN. Vol.1. n.1. mar-jun. 2010.

VELASCOS, Mercedes Jabardo. **Feminismos negros**: una antología. In: Introducción construyendo puentes: em dialogo desde / com el feminismo negro. Madri: Traficantes de sueños. 2012.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Dias, Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora. 2020.